

Sumário

APRESENTAÇÃO	13
NOTA DO AUTOR À 17ª EDIÇÃO	17
NÓTULA À 10ª EDIÇÃO	21
NOTA À 2ª EDIÇÃO	25
CAPÍTULO 1. A autocracia burguesa e o “mundo da cultura”	27
1.1 A significação do golpe de abril.....	30
1.2 A autocracia burguesa: o “modelo” dos monopólios.....	42
1.3 O processo da autocracia burguesa	52
1.4 A autocracia burguesa e o “mundo da cultura”	65
1.5 O enquadramento do sistema educacional	77
1.6 A política cultural da ditadura.....	94
1.7 O legado da ditadura e a tradição marxista	136

CAPÍTULO 2. A renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa.....	151
2.1 A autocracia burguesa e o Serviço Social	155
2.2 O processo de renovação do Serviço Social	167
2.2.1 Traços do processo de renovação do Serviço Social.....	171
2.2.2 A erosão do Serviço Social “tradicional” no Brasil.....	179
2.2.3 A erosão do Serviço Social “tradicional” na América Latina.....	185
2.2.4 As direções da renovação do Serviço Social no Brasil... 	197
2.3 A formulação da perspectiva modernizadora	213
2.3.1 Araxá: a afirmação da perspectiva modernizadora.....	217
2.3.2 Teresópolis: a cristalização da perspectiva modernizadora.....	229
2.3.3 Sumaré e Alto da Boa Vista: o deslocamento da perspectiva modernizadora	248
2.4 A reatualização do conservadorismo	258
2.4.1 A nova roupagem do conservadorismo	261
2.4.2 O recurso à fenomenologia.....	267
2.4.3 Os novos caminhos — reais e tendenciais — do regresso	276
2.4.3.1 A recuperação explícita dos valores tradicionais.....	277
2.4.3.2 A centralização na dinâmica individual.....	283
2.4.4 A formulação seminal da reatualização do conservadorismo.....	289
2.5 A intenção de ruptura.....	314
2.5.1 Intenção de ruptura e universidade.....	317
2.5.2 As bases sociopolíticas da perspectiva da intenção de ruptura	325

2.5.3	O processo da perspectiva da intenção de ruptura.....	331
2.5.3.1	Momentos constitutivos da perspectiva da intenção de ruptura	332
2.5.3.2	Continuidade e mudança no processo da intenção de ruptura	340
2.5.4	Dois tempos fundamentais na construção da intenção de ruptura.....	349
2.5.4.1	Belo Horizonte: uma alternativa global ao tradicionalismo	351
2.5.4.2	A reflexão de Yamamoto: o resgate da inspiração marxiana.....	367
2.5.5	Intenção de ruptura e modernidade	382
2.6	A renovação profissional: caminho e viagem	387
REFERÊNCIAS	393

Apresentação

O texto que se oferece ao público constitui a segunda parte da minha tese de doutoramento,¹ e é editado agora sem modificações substanciais. Seu objetivo é fornecer um contributo ao esclarecimento do processo de renovação experimentado pelo Serviço Social no Brasil entre os anos 1960 e 1980, no nível de suas formulações a que convencionalmente se denomina de “teorização”.

Assumindo uma perspectiva que se reclama explicitamente inspirada na teoria social de Marx, não pretendi escrever uma *história* do período mais recente da profissão.² Antes, procurei apanhar o processo de renovação no entrecruzamento de duas dinâmicas: da dinâmica abrangente das *demandas socioinstitucionais* postas ao Serviço Social e da dinâmica interna à *realidade profissional* (que envolve níveis outros que o da estrita “teorização”). Considerei esta

1. Intitulada originalmente *Autocracia burguesa e Serviço Social*, a tese (cuja primeira parte, sob o título *Capitalismo monopolista e Serviço Social*, será oportunamente publicada [esta obra, também pela Cortez Editora, foi editada em 1992. Nota da 2ª edição]) foi elaborada no marco do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Aproveito a oportunidade para agradecer à banca examinadora — formada pelo meu orientador, dr. Octavio Ianni, e pelos professores Carlos Nelson Coutinho, Celso Frederico, Nobuco Kameyama e Úrsula M. S. Karsch — as observações críticas quando da defesa oral do trabalho, bem como a nota máxima que generosamente me concedeu.

2. Por isso mesmo, não tratei aqui de autores, textos, eventos e organizações cujo protagonismo seria de indispensável consideração num estudo de história.

dupla dinâmica como um processo único — diferenciado pelos ritmos próprios da ordem societária e do acúmulo profissional, enlaçado pelo movimento totalizante da formação social brasileira sob o regime autocrático burguês. A renovação aparece aqui, pois, como uma *resposta* construída pelos assistentes sociais na rede de relações que se entretecem na interação profissionalidade/sociedade. Dado o privilégio do enfoque sobre o nível de *formulação* do processo de renovação, o sistema de mediações determinante entre profissionalidade e sociedade que se me impôs na análise foi o do *horizonte sociocultural* em cujo âmbito se constituíram (ou se inscreveram) as referências ideais (teóricas e ideológicas) que alimentaram os esforços da elaboração formal-abstrata dos assistentes sociais.

Por isso mesmo, o primeiro capítulo aborda o conjunto de transformações econômico-sociais e políticas próprias do ciclo autocrático burguês, realçando seus rebatimentos na vida cultural brasileira; o segundo, focando o Serviço Social no contexto daquelas transformações, busca identificar as linhas de força presentes na elaboração mais representativa dos assistentes sociais que se lançaram à empresa teorizante.

É desnecessário dizer que um fio extremamente polêmico atravessa estes dois ensaios. No primeiro, onde a gravitação das dimensões ideopolíticas possui flagrante ponderação, afirmo um ângulo analítico alternativo à apreciação “esquerdista” (acadêmica ou não) e à avaliação *liberal* da ditadura, bem como de suas políticas educacional e cultural. No segundo, a polêmica é direcionada para o debate profissional — e a minha falta de “diplomacia” seguramente desagradará a gregos e troianos, inclusive a companheiros com quem, ao longo de anos turbulentos e tempos ásperos, travei lutas comuns e me vinculei solidária e afetuosamente. Neste ponto, só cabe fazer notar que *se critica apenas o que se respeita* e que o confronto aberto de ideias e posições é elemento constitutivo da relação intelectual fraterna, que não tem por alicerce omissões *gentis*. E ainda: não se faz polêmica teórico-crítica com salto alto e luvas de

pelica — especialmente num território como o do Serviço Social, onde predomina uma exasperante ausência de nítidas contraposições.

Não tenho dúvidas quanto à relatividade e à insuficiência de muitas das conclusões a que cheguei (conclusões sempre parciais em investigações que se reivindicam consequentes), mas me anima a convicção (ainda a passar pelo crivo da crítica) de que não incorri em qualquer passo arbitrário ou infundado.³

Como é de praxe, devo declarar que a responsabilidade por tudo o que se explicita aqui é exclusivamente minha. Declaração que — como também é de praxe — não elude a minha dívida intelectual com um enorme rol de mestres e companheiros. Nomeá-los seria simplesmente impossível. Entre os mestres, não posso calar o meu débito para com o prof. Octavio Ianni: sem o seu apoio, este trabalho provavelmente teria outro significado e destino. Entre os companheiros, aliás, de países diversos, há que não esquecer aqueles com quem trabalhei no Instituto Superior de Serviço Social e no Instituto Superior de Economia (ambos em Lisboa); há que aludir ao núcleo diretivo e de pesquisadores vinculados, entre 1975 e 1985, ao Centro Latinoamericano de Trabajo Social (CELATS, de Lima); há que mencionar os meus colegas da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em especial os do programa de pós-graduação e, notadamente, Marilda Villela Iamamoto; há que contabilizar o estímulo que sempre me foi brindado pelos colegas da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), principalmente por Miriam Veras Baptista, Úrsula

3. Meu empenho em fundar minimamente certos passos levou-me reiteradas vezes a muitas citações e referências. Para quem as julgar excessivas, recordo conhecido economista: “Nos últimos tempos, numerosos autores e editores convenceram-se de que os leitores podem se sentir ofendidos pelo uso de notas de rodapé. [...] Estou persuadido de que essa convicção carece de fundamento. Nenhuma pessoa culta pode sentir-se perturbada com a existência de uma nota em tipo miúdo ao fundo de uma página, e todas as pessoas, sejam elas profissionais ou leigas, precisam conhecer as credenciais de um fato quando este é mencionado. As notas de rodapé são também um índice expressivo do cuidado posto no estudo de um determinado assunto” (Galbraith, s/d., p. 29).

Karsch e Suzana Medeiros; há que lembrar, também, o diálogo fraterno que mantive, ao longo dos anos 1980, com os companheiros da ABESS; e, *last but not least*, há que pontuar a simpatia dos estudantes que, nestas e em outras latitudes, tiveram a pachorra de me ouvir ao largo do meu exercício docente. Devo agradecer, igualmente, a Emília Mazzola, responsável pela preparação mecanográfica original deste trabalho. E, enfim, a José Xavier Cortez e Antonio de Paulo Silva, que correm os riscos desta edição.

Meus amigos, poucos e bons, suportaram estoicamente as minhas desatenções durante o período em que me ocupei desta investigação. Escusa dizer que o ônus da minha dedicação a este projeto recaiu sobre os ombros daqueles que amo. Espero que o resultado não os decepcione.

Uma última palavra: na tentativa de oferecer uma contribuição à crítica do Serviço Social, acabei formulando, involuntária, mas necessariamente, uma *autocrítica*. Mas este aspecto das páginas seguintes, como diria o Claudín de outros tempos, é absolutamente secundário.

São Paulo, inverno de 1990

José Paulo Netto

Nota do autor à 17^a edição

Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64 continua gozando do favor do público, como o prova a necessidade desta reedição, mesmo passado quase um quarto de século desde a sua primeira edição (1991). Entende o autor que há que ser grato à benevolência dos leitores (docentes, pesquisadores, profissionais e estudantes) que prosseguem conferindo alguma atenção a este trabalho — e aproveita mais esta oportunidade para registrar o seu agradecimento.

Em reedições anteriores, fiz questão de manter o texto tal como foi apresentado originalmente e esclareci as razões desta opção na “Nótula à 10^a edição” (2007), razões e opção que se mantêm até hoje.

Há, porém, dois pontos para os quais tenho agora ocasião para pedir um cuidado especial daqueles que continuam ou continuarem a dar crédito a *Ditadura e Serviço Social*... O primeiro diz respeito ao (como já fiz notar no passado) “trato raso” que neste livro se concede à questão da pós-modernidade. O leitor que quiser compulsar o meu tratamento adequado desta questão dispõe de materiais minimamente suficientes para fazê-lo.¹

1. Cf. o meu livro *Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas* (São Paulo: Cortez, 2004, p. 139-161) e, sobretudo, o Posfácio que redigi para Carlos Nelson Coutinho, *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

O segundo ponto implica consideração mais complexa — relaciona-se ao conhecimento da história do período em que está situado o objeto da minha investigação, vale dizer: a ditadura instaurada em 1964 e sua crise. Neste livro que é agora reimpresso, pretendi oferecer uma análise da *dinâmica* do processo da ditadura, mas sem me deter sobre a sua *factualidade* nem expor a sua *história*. Ora, o déficit de conhecimento histórico das novas gerações que ingressam na universidade — dado de realidade que nenhum docente ignora — problematiza, sem qualquer dúvida, um melhor aproveitamento, pelos discentes, da argumentação exposta no Capítulo 1 de *Ditadura e Serviço Social...* Mas se, à época da publicação deste livro, a bibliografia sobre a história da ditadura não estava consolidada, hoje o quadro é muito diferente e as dificuldades *específicas* decorrentes daquele déficit podem ser facilmente obviadas.² No entanto, as lacunas que apresentam os estudantes no domínio da história apenas sinalizam as mazelas da formação institucional pré-universitária brasileira: por causas e motivos que não cabe evocar aqui, a maior parte dos nossos alunos chega à graduação acadêmica com um déficit que não só é notável no plano dos conhecimentos históricos, mas ainda mais perceptível no que toca ao seu universo lexical — dispõem de um vocabulário ativo extremamente pobre e limitado e um vocabulário passivo também muito restrito. Como este outro dado — também de realidade e de notório conhecimento dos docentes — remete aos problemas gerais da nossa educação fundamental e média, o ponto que assinalo aqui é de extrema complexidade para sua resolução. Mas é fato que ele compromete a relação dos estudantes com um texto como *Ditadura e Serviço Social...* Ao longo desses mais de vinte anos de circulação do livro, pude aferir em

2. Há, atualmente, bastante acessível, um largo rol bibliográfico (e mesmo fílmico) envolvendo inclusive bons textos à moda de crônica, sobre a ditadura — as origens e características do golpe do 1º de abril, seus sujeitos coletivos e individuais, os principais eventos ocorrentes nas suas décadas de vigência, suas transformações, seu aparato repressivo, sua orientação macroeconômica, suas políticas sociais e as consequências do ciclo ditatorial. Como um dos exemplos dessa documentação, permito-me remeter ao meu livro *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)* (São Paulo: Cortez, 2014).

alguma medida as dificuldades experimentadas pelos estudantes. Admito que não vejo soluções imediatas para elas.

Por outra parte, as transformações sofridas pela universidade — implementadas a partir de 1997, especialmente no segundo consulado FHC — estão longe de favorecer, institucionalmente e no âmbito das ciências humanas e sociais, uma vida intelectual e cultural mais rica e potenciadora. Os governos que se sucederam desde aqueles tempos deletérios não providenciaram dispositivos que revertessem a degradação dos padrões da vida acadêmica; mesmo a *massificação* (que não pode ser identificada à *democratização*) que de fato promoveram no ensino superior não contribuiu em nenhuma escala para qualquer elevação qualitativa do seu nível. Estão aí mecanismos como a chamada “educação à distância” que, *da forma como tem sido operada*, servem para sinalizar a quantas andamos.

Refiro-me a estes dois pontos tão somente para dizer que trabalho com a hipótese segundo a qual um livro como *Ditadura e Serviço Social* tem cada vez menos a ver com a ambiência acadêmica dos dias correntes. Suas contínuas vendagem, circulação e citações constituem, para mim, confesso, algo pouco compreensível.

Ademais, e também já me reportei a isto em outras oportunidades (por exemplo, naquela mesma “Nótula à 10ª edição), *Ditadura e Serviço Social...* é apenas *uma* contribuição à análise de um decisivo momento histórico-evolutivo do Serviço Social no Brasil. Desde a sua publicação, desenvolveram-se numerosas investigações, cresceu a massa crítica e novos interlocutores e protagonistas surgiram no universo profissional — o estoque de conhecimentos qualificados sobre o Serviço Social constitui hoje um acervo de pesquisas que lançam nova luz sobre aspectos que o meu livro não tratou de modo mais intensivo ou, em função dos seus objetivos centrais, ladeou. Esta consideração não significa que julgo que *Ditadura e Serviço Social...* esteja “superado” — significa, tão somente, que já são necessárias novas determinações para ampliar, aprofundar e, se necessário, revisar algumas de suas ideias centrais. E estou convencido de que já há um acúmulo de pesquisa que viabiliza este procedimento.

Saiba o meu leitor: tenho claro, sem falsa modéstia, que, como outros contributos ao conhecimento do processo de constituição do Serviço Social no Brasil, este livro é *importante*. Meu compromisso com esta profissão, porém, me faz reiterar, com responsabilidade, que ele não é *suficiente*. É preciso ir *além* dele.

José Paulo Netto

Recreio dos Bandeirantes, outubro de 2014

Nótula à 10^a edição

Há mais de quinze anos, precisamente em 1991, saía à luz este livro. Não estimava o autor que, década e meia depois, ele tivesse novas edições, continuando a figurar em bibliografias de cursos de graduação e de concursos para provimento de cargos (públicos e privados) no âmbito do Serviço Social. Se se tornou, entre outros títulos, uma espécie de referência, deve-se a muito mais que ao seu valor intrínseco.

Deve-se, em primeiro lugar, ao favor com que o público profissional generosamente o acolheu. Mas, sobretudo, deve-se, julga hoje o autor, à carência de materiais similares, que sistematizem os avanços bibliográficos que foram realizados — mormente na produção derivada de dissertações e teses acadêmicas — nos últimos quinze anos. E fica aqui registrada a necessidade de que outras pesquisas avancem nesta linha de trabalho, revisando, retificando, enfim enriquecendo com a sua crítica o patamar de reflexão que se pôde plasmar neste livro. Porque, de fato, neste lapso temporal foi expressivo o acúmulo de conhecimentos que o Serviço Social brasileiro operou e que não se refrata no texto que o leitor tem em mãos: *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*, nesta décima edição, reproduz-se tal como foi apresentado desde a sua segunda edição que, reiterando a primeira, tão somente corrigiu gralhas e introduziu umas poucas indicações documentais novas à época.

Não se conclua daí que o autor abandonou inteiramente esta seara, como o provam, diferencialmente, por exemplo, os ensaios “Transformações societárias e Serviço Social — notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil” e “A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova”, publicados na revista *Serviço Social & Sociedade* (São Paulo, Cortez Editora) respectivamente nos números 50 (ano XVII, abril de 1996) e 79 (ano XXV, setembro de 2004). Igualmente indevida é a conclusão de julgar que o autor pense que o texto não mereça reparos — merece-os e muitos; um único exemplo, entre vários: o trato raso que, nas últimas páginas do livro (item 2.5.5), se concede à questão da pós-modernidade.¹

A reiteração do texto original de *Ditadura e Serviço Social...* tem outra razão: entende o autor que um livro, posto em circulação, tem a sua história e a sua circunstância e, por isso, *exceto no caso de uma profunda mudança nos fundamentos e nos juízos substantivos nele explicitados*, não cabe modificar-lhe qualquer linha ou aduzir-lhe qualquer esclarecimento ulterior. *Ora, o autor mantém, passados mais de quinze anos da publicação destas páginas, as mesmas convicções teórico-metodológicas à base das quais elas foram redigidas* — seguindo o bom caminho de Mariátegui, pensador a que recorreu na epígrafe, o autor de *Ditadura e Serviço Social...* prossegue *marxista convicto e confesso*. E ainda: *também sustenta hoje a essencialidade das análises e avaliações formuladas neste livro*. Consequentemente, as alterações que acaso fizesse haveriam de ser meramente adjetivas.

É desnecessário insistir em que *Ditadura e Serviço Social...* está longe, muito longe, de ser um trabalho definitivo. Neste sentido, o registro acima consignado, referido à demanda de novas pesquisas e de contribuições ainda mais críticas, não é uma concessão à retórica: é uma exigência que resulta do próprio desenvolvimento contemporâneo do Serviço Social brasileiro. E, sobretudo, advirta-se:

1. O autor, porém, deu-lhe um tratamento mais adequado num ensaio dedicado a Lukács, publicado em *Marxismo impenitente: contribuição à história das ideias marxistas* (São Paulo: Cortez, 2004. p. 139-161).

este mesmo desenvolvimento, a partir da quadra histórica que se abre com a derrota da ditadura (que é o limite da análise contida em *Ditadura e Serviço Social...*), está a reclamar que as investigações já realizadas sejam totalizadas e socializadas pelo/no coletivo profissional.

É provável que as observações que faço nesta *nótula* sejam pouco relevantes para os eventuais novos leitores deste livro. É provável que constituam, antes de mais, um excuro com o qual trato de me desonerar da complexa tarefa de fazer avançar até os dias correntes, de modo sistemático, a linha de análise de que *Ditadura e Serviço Social...* tornou-se um documento.

Mas, para além dessas probabilidades, há outra que, para o autor destas páginas, pode justificar a décima edição deste livro: é que — talvez — *Ditadura e Serviço Social...* sirva a seus novos leitores, no que toca à história brasileira e ao desenvolvimento do *corpus* do Serviço Social, para ilustrar a máxima de Mário de Andrade — *o passado não é exemplo, é lição*.

José Paulo Netto

Recreio dos Bandeirantes, verão de 2007

Nota à 2ª edição

Esta segunda edição de *Ditadura e Serviço Social* sai a público sem qualquer modificação significativa — apenas eliminaram-se algumas gralhas e foram atualizadas umas poucas indicações documentais (todas devidamente anotadas).

A manutenção integral do texto da primeira edição não sinaliza que o nível do conhecimento sobre os processos aqui analisados permaneceu o mesmo. De fato, entre aquela edição (1991) e esta, muito se produziu, especialmente no marco de dissertações de teses acadêmicas. Todavia, nem os novos acréscimos ao conhecimento, nem o debate provocado pelo livro justificam, até este momento e a meu ver, alterações em um trabalho que, agora como antes, continua tendo pretensões e limites muito claros — e cuja essencialidade ainda não me pareceu afetada pela crítica, aliás, benevolente.

José Paulo Netto

Rio de Janeiro, Natal de 1993

CAPÍTULO 1

A autocracia burguesa
e o “mundo da cultura”

Os três lustros que demarcaram no Brasil a forma aberta da *autocracia burguesa* (Fernandes, 1975) — constituindo mesmo, no curso do seu desdobramento, um regime político ditatorial-terrorista — assinalaram, para a totalidade da sociedade brasileira, uma funda inflexão: afirmaram uma tendência de desenvolvimento econômico-social e político que acabou por modelar um *país novo*.

Ao cabo do ciclo ditatorial, *nenhum* dos grandes e decisivos problemas estruturais da sociedade brasileira (em larga escala postos pelo dilema do que Florestan Fernandes, reiteradamente, chamou “descolonização incompleta”) estava solucionado. Ao contrário: aprofundados e tornados mais complexos, ganharam um dimensionamento mais amplo e dramático. A ditadura burguesa, porém, não operou deles uma reprodução “simples”: realizou a sua reprodução “ampliada” — e aqui a sua *novidade*: o desastre nacional em que se resume o saldo da ditadura para a massa do povo brasileiro desenhou uma sociedade de características muito distintas das existentes naquela em que triunfou o golpe de abril.

O processo global que acabou por dar forma e substância a este país novo ainda não está inteiramente elucidado, embora sejam incontáveis as análises setoriais (muitas delas extremamente esclarecedoras) incidentes sobre ele.¹ E trata-se, de fato, de um processo

1. A documentação produzida com o objetivo de deslindar o processo de desenvolvimento (bem como da gênese e da crise) da ditadura brasileira, no país e no exterior, é verdadeiramente mastodôntica. Parte dela pode ser entrevista nas fontes de que aqui nos utilizamos.

global e unitário — uma unidade de diversidades, diferenças, tensões, contradições e antagonismos. Nele se imbricam, engrenam e colidem vetores econômicos, sociais, políticos (e geopolíticos), culturais e ideológicos que configuram um sentido predominante derivado da imposição, por mecanismos basicamente coercitivos, de uma estratégia de classe (implicando alianças e dissensões).

A remissão aos momentos mais cruciais deste processo, numa ótica de tratamento sintético, parece ser absolutamente imprescindível para estabelecer com alguma procedência as condições em que, no mesmo período, se desenvolveram (ou *não* se desenvolveram) certas tendências, paradigmas e linhas de reflexão no Serviço Social. A esta remissão dedica-se este capítulo.

1.1 A significação do golpe de abril

Nunca escapou aos analistas da ditadura brasileira que sua emergência inseriu-se num contexto que transcendia largamente as fronteiras do país, inscrevendo-se num mosaico internacional em que uma sucessão de golpes de Estado (relativamente incruentos uns, como no Brasil, sanguinolentos outros, como na Indonésia) era somente o sintoma de um processo de fundo: movendo-se na moldura de uma substancial alteração na divisão internacional capitalista do trabalho, os centros imperialistas, sob o hegemonismo norte-americano, patrocinaram, especialmente no curso dos anos sessenta, uma *contrarrevolução preventiva* em escala planetária (com rebatimentos principais no chamado Terceiro Mundo, onde se desenvolviam, diversamente, amplos movimentos de libertação nacional e social).²

2. Praticamente, toda a bibliografia séria acerca do golpe de abril tematizou as suas conexões internacionais (com especial ênfase na ingerência norte-americana, anos depois confirmada sem possibilidade de contestação: cf. Correa, 1977).

A finalidade da contrarrevolução preventiva era tríplice, com seus objetivos particulares íntima e necessariamente vinculados: adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo.

Os resultados gerais da contrarrevolução preventiva, onde triunfou, mostraram-se nítidos a partir da segunda metade da década de 1960: a afirmação de um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente aos interesses imperialistas, com uma nova integração, mais dependente, ao sistema capitalista; a articulação de estruturas políticas garantidoras da exclusão de protagonistas comprometidos com projetos nacional-populares e democráticos; e um discurso oficial (bem como uma prática policial-militar) zoológicamente anticomunista.³ Tais resultados — por si só indicadores consistentes do sentido e do conteúdo internacionais do processo em tela —, porém, alcançaram-se mediante vias muito diferenciadas, específicas, que concretizaram, nas sociedades em que se materializaram, formas econômicas, sociais e políticas cuja peculiaridade só é apreensível se se consideram os movimentos endógenos aos quais se engrenaram as iniciativas imperialistas. É esta dinâmica *interna* que responde pelo êxito (transitório) da estratégia promovida pelos centros imperialistas — e, portanto, não compete fazer coro com aqueles que, como Morel (1965), imaginavam que os golpes começavam nas metrópoles do capital monopolista internacional

3. A articulação deste discurso e desta prática nas frentes externa e interna operou-se através da *doutrina de segurança nacional*: na frente externa, a militância anticomunista encorpava-se na tese das “fronteiras ideológicas” e no compromisso com o alinhamento automático a Washington; na frente interna, com a síndrome da segurança total e a criminalização do dissenso político (o “inimigo interno”). São numerosas as fontes para a análise desta doutrina: cf. especialmente Comblin (1978) e Moreira Alves (1987).

(embora, sem o concurso delas, sua viabilidade — para não mencionar suas resultantes — fosse crítica). De fato, parece inteiramente estabelecido que, neste processo, o privilégio cabe aos vetores internos, endógenos, que se moviam no interior de cada sociedade.⁴ Ou seja: a significação do golpe de abril, sem menosprezo da contextualidade internacional da contrarrevolução preventiva, deve ser buscada na particularidade histórica brasileira.

As linhas de força que mais decisivamente contribuíram para perfilar esta particularidade são conhecidas: a construção, desde o período colonial e com assombrosa, todavia explicável, perdurabilidade, de um arcabouço de atividades econômicas básicas *internas* cujo eixo de gravitação era o mercado *externo*, o mercado mundial em emergência e, ulteriormente, em consolidação (Prado Jr., 1963, 1965); a ausência de uma nuclear e radical ruptura com o estatuto colonial (Fernandes, 1975); a constituição, no quadro posto pelas duas condições acima citadas e, sobretudo, pelas circunstâncias próprias dadas pelo imperialismo, de uma estrutura de classes em que à burguesia não restava fundamento político-econômico objetivo para promover quer a evicção do monopólio oligárquico da terra — uma vez que não tinha impulsões de raiz para confrontar-se com o latifúndio —, quer para realizar suas “clássicas” tarefas nacionais, posta a sua formação dependente e associada com os centros externos (Sodré, 1964; Fernandes, 1975); o caráter do desenvolvimento capitalista no país, atípico em relação à sua evolução euro-ocidental, muito precocemente engendrando o monopólio (Guimarães, 1963) e derivando numa experiência industrializante tardia (Chasin, 1978; Cardoso de Mello, 1986).

A confluência destas linhas de força, sua interação recíproca com variável ponderação das suas respectivas importâncias em

4. Teóricos e atores políticos de nível convergem quanto a isso. Para citar somente dois exemplos, cf. Fernandes (1975) e Tavares (1980; este texto é originalmente de 1966; seu autor, Assis Tavares é pseudônimo, era membro proeminente da direção do PCB); é pertinente notar que a convergência analítica refere-se apenas à ponderação dos componentes endógenos.

diversos momentos do processo de formação do Brasil moderno, acabaram por configurar uma particularidade histórica (cujas expressões definidas já apareciam, nítidas, na Primeira República, mas que, a partir da sua crise, só fazem se precisar progressivamente) salientada em três ordens de fenômenos, distintos porém visceralmente conectados.

Em primeiro lugar, um traço econômico-social de extraordinárias implicações: o desenvolvimento capitalista operava-se sem desvenilhar-se de formas econômico-sociais que a experiência histórica tinha demonstrado que lhe eram adversas; mais exatamente, o desenvolvimento capitalista redimensionava tais formas (por exemplo, o latifúndio), não as liquidava: refuncionalizava-as e as integrava em sua dinâmica. Na formação social brasileira, um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu *sem realizar* as transformações estruturais que, noutras formações (v. g., as experiências euro-ocidentais), constituíram as suas pré-condições. No Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou *contra* o “atraso”, mas mediante a sua contínua *reposição* em patamares mais complexos, funcionais e integrados.⁵

Em segundo lugar, uma recorrente exclusão das forças populares dos processos de decisão política: foi próprio da formação social brasileira que os segmentos e franjas mais lúcidos das classes dominantes sempre encontrassem meios e modos de impedir ou travar a incidência das forças comprometidas com as classes subalternas nos processos e centros políticos decisórios. A socialização da política, na vida brasileira, sempre foi um processo inconcluso — e quando, nos seus momentos mais quentes, colocava a possibilidade de um grau mínimo de socialização do *poder* político, os setores de ponta das classes dominantes lograram neutralizá-lo.

5. Esse traço, imperceptível às abordagens que consagram o dualismo à moda de Lambert, responde, em larga medida, pela crise *estrutural* do capitalismo no Brasil, que se arrasta há muito — e que, quando se conjuga com crises *cíclicas*, frequentemente deriva em rearranjos político-sociais significativos.

Por dispositivos sinuosos ou mecanismos de coerção aberta, tais setores conseguiram que um fio condutor costurasse a constituição da história brasileira: a exclusão da massa do povo no direcionamento da vida social.

Em terceiro lugar, e funcionando mesmo como espaço, como *topus* social, de convergência destes dois processos, o específico desempenho do Estado na sociedade brasileira — trata-se da sua particular relação com as agências da sociedade civil. A característica do Estado brasileiro, muito própria desde 1930,⁶ não é que ele se sobreponha a ou impeça o desenvolvimento da *sociedade civil*: antes, consiste em que ele, sua expressão potenciada e condensada (ou, se se quiser, seu *resumo*), tem conseguido atuar com sucesso como um vetor de desestruturação, seja pela incorporação desfiguradora, seja pela repressão, das agências da sociedade *que expressam os interesses das classes subalternas*. O que é pertinente, no caso brasileiro, não é um Estado que se descola de uma sociedade civil “gelatinosa”, amorfa, submetendo-a a uma opressão contínua; é-o um Estado que historicamente serviu de eficiente instrumento contra a emersão, na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos societários alternativos.⁷

6. Neste passo, são necessárias duas reservas: *a)* quanto ao alcance da assertiva: é possível que ela não valha apenas para o Estado brasileiro, mas tenha significação em outros marcos nacionais; a prudência, todavia, sugere não extrapolar; *b)* quanto ao referencial historiográfico: ele é evidentemente uma *indicação*, contudo assentada em que nenhuma investigação digna de crédito põe em dúvida, hoje, o caráter *capitalista* da sociedade brasileira quando da submersão da Primeira República.

7. Discutir em profundidade esta problemática nos afastaria grandemente de nossos objetivos. Mas é preciso, dada a atual generalização da tese acerca da “fragilidade” da sociedade civil brasileira em face do Estado, salientar com muita ênfase que nada está mais longe da realidade do que a visão proporcionada por este veio interpretativo. Em nosso juízo, ele expressa — mesmo quando trabalhado por autores inspirados na tradição marxista — um *viés liberal* na apreciação da dinâmica do sistema político, com uma tendencial subestimação das determinações de classe que nele operam, derivando, no limite, em flagrante *politicismo*. Por outra parte, e numa posição antípoda no espectro ideológico, a tese foi antecipada como elemento factual da sociedade brasileira por pensadores claramente conotados com o reacionarismo, como Oliveira Vianna (Ianni, 1981a e Vieira, 1981).

A expressão sintética destes fenômenos na formação social brasileira aparece na dinâmica da organização da economia e da sociedade no processo em que as relações sociais capitalistas saturam e determinam o espaço nacional: o desenvolvimento tardio do capitalismo no Brasil torna-o heteronômico e excludente (Chasin, 1978 e Cardoso de Mello, 1986); os processos diretivos da sociedade são decididos “pelo alto” (notadamente, mas não de forma exclusiva, por núcleos encastelados na estrutura do Estado).⁸ Condensa-se aí, em boa medida, a particularidade da formação social brasileira.

Ora, precisamente estas linhas de força adquirem uma *dinâmica crítica* na entrada dos anos sessenta. Por força de um processo cumulativo que vinha dos meados da década anterior — e a que, obviamente, não são alheios os eventos econômicos e políticos ocorrentes na cena internacional —, cria-se uma conjuntura que põe a *possibilidade objetiva* de promover uma significativa inflexão na sociedade brasileira, alterando e revertendo aquelas linhas de força.

De uma parte, começa a exaurir-se o desenvolvimento fundado naquele modelo que estudiosos cepalinos denominaram de substituidor de importações (Tavares, 1972). Mais concretamente, a *industrialização restringida* passa a ceder o lugar, mormente a partir de 1956, à *industrialização pesada*, implicando um *novo padrão de acumulação*.⁹ O modelo de desenvolvimento emergente supunha um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo e, notadamente, um financiamento que desbordava as disponibilidades do capital nacional (privado) e estrangeiro já investidos no país; simultanea-

8. O caráter recorrente destas decisões “pelo alto” — que tem similitudes com o que Gramsci conceptualizava como “revolução passiva” (ou “revolução-restauração”) — levou Coutinho (in VV. AA., 1974 e 1980) a pensar como traço característico da formação brasileira, inspirando-se em Lênin e em Lukács, a *via prussiana*; com inspiração análoga, mas procurando uma maior particularização, Chasin (1978) tematizou a *via colonial-prussiana*.

9. Cf. Cardoso de Mello (1986, p. 117 ss.); neste passo, resumimos e adaptamos a pertinente argumentação desse autor. Para análises diversas, cf., entre outros, Frank (1967), Furtado (1968) e Marini (1969).

mente, esta expansão acarretava “uma desaceleração do crescimento, ainda que se mantivesse a mesma taxa de investimento público, uma vez que a digestão da nova capacidade produtiva criada nos departamentos de bens de produção e de bens de consumo capitalista provocaria um corte significativo no investimento privado” (Cardoso de Mello, 1986, p. 121). Em suma, na entrada dos anos sessenta, a dinâmica endógena do capitalismo no Brasil, alçando-se a um padrão diferencial de acumulação, punha na ordem do dia a redefinição de esquemas de acumulação (e, logo, fontes alternativas de financiamento)¹⁰ e a iminência de uma crise. Se esta não aparecia como tal aos olhos dos estratos industriais burgueses, a questão da acumulação mostrava-se óbvia.

Este quadro, com efeito, amadurecera nos anos de implementação do *Plano de Metas*, em seguida a 1956.¹¹ Nos primeiros anos da década de 1960, contudo, a *solução econômica* articulada para a consecução do *Plano de Metas* viu-se vulnerabilizada *politicamente*. De que solução se tratara? Basicamente, de um rearranjo nas relações entre o Estado, o capital privado nacional e a grande empresa transnacional, entregando-se a esta uma invejável parcela de privilégios.¹²

10. O problema do financiamento, discriminado por setores, e sua influência nas mudanças da estrutura produtiva foram analisados por Tavares (1972, p. 132 ss.).

11. “Não é difícil entender que um processo como este exigia como pré-requisito um determinado grau de desenvolvimento do capitalismo, uma ampliação das bases técnicas da acumulação que se fizera durante a fase da industrialização restringida. Porém, não é menos certo que a industrialização pesada tinha escassas possibilidades de nascer como mero desdobramento do capital nacional e estrangeiro empregado nas indústrias leves: nem se dispunha de instrumentos prévios de mobilização e centralização de capitais, indispensáveis à maciça concentração de recursos internos e externos exigida pelo bloco de investimentos pesados, nem se poderia obter a estrutura técnica e financeira dos novos capitais a partir da diversificação da estrutura produtiva existente. A expansão, portanto, não poderia deixar de estar apoiada no Estado e no novo capital estrangeiro, que se transfere sob a forma de capital produtivo” (Cardoso de Mello, 1986: 118).

12. “A ação do Estado foi decisiva [...] porque se mostrou capaz de investir maciçamente em infraestrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade, o que estimulou o investimento privado não só por lhe oferecer economias externas baratas, mas, também, por lhe gerar demanda. [...] Coube-lhe, ademais, uma tarefa essencial: estabelecer *as bases da associação* com a grande empresa oligopólica estrangeira, definindo, claramente, um esquema

Entretanto, o suporte *político* deste arranjo, que parecera estável nos últimos anos da década de 1950, passa a sofrer forte erosão entre 1961 e 1964.

Após o fracasso da tentativa golpista que cercou a renúncia de Quadros (agosto de 1961), as forças mais expressivas do campo democrático — responsáveis, aliás, pela manutenção das liberdades políticas fundamentais no seguimento dos eventos posteriores ao 25 de agosto — ganharam uma nova dinâmica. Com Goulart à cabeça do Executivo, espaços significativos do aparelho de Estado foram ocupados por protagonistas comprometidos com a massa do povo e, mesmo enfrentando um Legislativo onde predominavam forças conservadoras, tais protagonistas curto-circuitaram em medida ponderável as iniciativas de repressão institucional (Moniz Bandeira, 1977).

Em face de um Executivo permeado de protagonistas políticos com elas comprometidos, as forças democráticas vinculadas mormente às classes subalternas mobilizaram-se febrilmente. Acumulando reservas desde o governo constitucional de Vargas, o campo democrático e popular articulava uma importante ação unitária no terreno sindical, politizando-o rapidamente, e colocava em questão — sob a nem sempre inequívoca bandeira das reformas de base — o eixo sobre o qual deslizara até então a história da sociedade brasileira: o capitalismo sem reformas e a exclusão das massas dos níveis de decisão.¹³

A emergência de amplas camadas trabalhadoras, urbanas e rurais,¹⁴ no cenário político, galvanizando segmentos pequeno-burgueses

de acumulação e lhe concedendo generosos favores” (Cardoso de Mello, 1986: 118). Neste rearranjo, como o mesmo estudioso esclarece em seguida, o capital industrial nativo também obteve ganhos significativos.

13. Sobre a movimentação e a politização das organizações sindicais, cf. especialmente Neves (1982). A discussão sobre as “reformas de base” aparece nítida nos vários textos da coleção *Cadernos do Povo* (1961-1964), da Editora Civilização Brasileira (Rio de Janeiro), e recebe um tratamento privilegiado em Corbisier (1968).

14. É certo que diferencialmente: a mobilização urbana tinha características muito próprias e, por outra parte, não se conseguiu uma articulação entre o movimento sindical urbano e o rural, com menores tradições organizativas e submetido a formas repressivas muito cruéis

(com especial destaque para camadas intelectuais) e sensibilizando parcelas da Igreja católica e das Forças Armadas, era um *fato novo* na vida do país.¹⁵ Do nosso ponto de vista, esta emersão não colocava em xeque, imediatamente, a *ordem capitalista*: colocava em questão a modalidade específica que, em termos econômico-sociais e políticos, o desenvolvimento capitalista tomara no país. Vale dizer: a ampla mobilização de setores democráticos e populares, que encontrava ressonância em várias instâncias do aparelho estatal, não caracterizava um quadro pré-revolucionário. Não fora o golpe, é bastante provável que seus desdobramentos originassem um reordenamento político-social capaz de engendrar uma situação pré-revolucionária; no entanto, o contexto de precipitação social ocorrente entre 1961 e 1964 não a tipificava.¹⁶

Esta apreciação não deixa de lado a existência, no bojo das aspirações e demandas do movimento democrático e popular, de conteúdos objetivamente revolucionários — eles existiam e possuíam um vetor classista nítido, inserido especialmente nas articulações do movimento operário e sindical.¹⁷ Nas condições brasileiras de então,

(inclusive exercidas por aparatos privados). Para uma sinopse das condições de luta no campo, cf. Forman (1984) e Martins (1986).

15. Não cabe traçar aqui a panorâmica deste período. Além do recurso aos periódicos da época e ao memorialismo dos protagonistas, deve-se apelar a Moniz Bandeira (1977).

16. Esta avaliação — que arranca de análise matizada pelo mesmo enfoque contido em Tavares (1980) — consistiu, e ainda consiste, num dos pontos quentes da apreciação do processo vivido pelo país à época. Particularmente depois do golpe de abril, contra ela se posicionaram todas as forças de esquerda que acabaram por privilegiar, em detrimento das lutas políticas de massas, o confronto armado com a ditadura como forma de resistência. Momento especial desta polêmica, que até hoje permanece acesa, foram os debates em torno da obra de Prado Jr., *A revolução brasileira* (1966), nos quais Tavares (1966) teve papel destacado. Para apreciações alternativas, cf., além do citado texto de Prado Jr., Santos (1969) e Gorender (1987).

17. A extrema vulgarização — não só no Brasil — da denominada *teoria do populismo* (teoria que, no plano analítico, teve expressões canônicas e diferentes em Ianni, 1975 e 1975a, e em Weffort, 1978), no pós-64, contribuiu, com certeza independentemente da vontade dos seus autores, para desqualificar os grandes esforços e as grandes lutas do movimento operário e sindical, colaborando até com “uma *ofensiva ideológica* cuja finalidade era a de denegrir o passado recente do movimento sindical. [...] Até mesmo muitos intelectuais de esquerda [...] passariam a interpretar o período pré-1964 como um grande mal entendido. A análise da luta de classes foi substituída pelo discurso moralizante que condenava a ação das cúpulas

as requisições contra a exploração imperialista e latifundista, acrescidas das reivindicações de participação cívico-política ampliada, apontavam para uma ampla reestruturação do padrão de desenvolvimento econômico e uma profunda democratização da sociedade e do Estado; se, imediatamente, suas resultantes não checavam a ordem capitalista, elas punham a possibilidade concreta de o processo das lutas sociais alçar-se a um patamar tal que, por força da nova dinâmica econômico-social e política desencadeada, um novo *bloco de forças político-sociais* poderia engendrar-se e soldar-se, assumindo e redimensionando o Estado na construção de uma nova hegemonia e na implementação de políticas democráticas e populares nos planos econômico e social. A consequência, a médio prazo, do que estava em jogo — não capitalismo ou socialismo, mas reprodução do desenvolvimento associado e dependente e excludente ou um processo profundo de reformas democráticas e nacionais,¹⁸ an-

do ‘sindicalismo populista’ que, fazendo o jogo da ‘burguesia nacional’, manipulava e corrompia a consciência de classe do operariado através da ‘ideologia nacional-desenvolvimentista’ etc. etc.” (Frederico, 1987: 19). Um dirigente operário, acerca deste tipo de análise, ainda predominante nos meios acadêmicos, observou: “Tudo o que aconteceu antes de 1964 [...] tinha de ser esquecido. [...] E alguns intelectuais entraram nessa da reação. Descobriram uma palavra, o populismo [...]. Eles jogaram muito tempo sozinhos, num período em que uns estavam na cadeia, no exílio, e outros nem na cadeia, nem no exílio. [...] Se 1964 foi tudo isso que eles concluíram e querem passar para nova geração, a pergunta é: por que deram o golpe? Ora, se tudo era populismo, então os generais estavam todos bêbados [...]. Porque, se antes estava tudo dentro da linha, se não havia conteúdo revolucionário, se não havia uma mobilização de classe, não tinha nenhum motivo para mexer no poder da classe dominante” (Affonso Delellis, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em 1963-1964, apud Frederico, 1987, p. 20).

A crítica à teoria do populismo desborda os limites deste trabalho (no plano político, há elementos para ela em Trías [1979]; uma abordagem teórica alternativa aparece em Andrade [1979]; mas uma cuidadosa apreciação teórico-crítica está em Barbosa Filho [1980]). É impossível deixar de anotar, contudo, que sua vulgarização se insere numa ampla cruzada ideológica de crítica, formalmente de esquerda, às esquerdas pré-1964 (cujo alvo prioritário, velada ou abertamente, são os movimentos em que os comunistas — e, para a época, falar em comunistas é falar especialmente do PCB — dispunham de hegemonia) que tem servido, de fato, para obscurecer e mistificar a verdade histórica. Boa parte dos novos cruzados não deixa de ser herdeira dos *radicais de ocasião*, tão finamente retratados por Cândido (1978).

18. A crítica formalmente de esquerda do nacionalismo do pré-1964, inserida na mesma cruzada ideológica mencionada na nota anterior, é outro dos pratos prediletos do mandari-

ti-imperialistas e antilatfundistas — poderia ser a *reversão* completa daquela particularidade da formação social brasileira; o significado desta reversão, numa perspectiva de revolução social, é óbvio.

Durante o governo Goulart, portanto, a sociedade brasileira defrontava-se necessariamente com um tensionamento crescente. A continuidade do padrão de desenvolvimento iniciado anos antes colocava, pela sua própria dinâmica, alternativas progressivamente mais definidas, acentuadas pela crise previsível (desaceleração do crescimento) que se manifesta claramente a partir de 1962. No curso de 1963, as divisórias se mostram cristalinamente: ou o capital nacional (privado) concertava com o Estado um esquema de acumulação que lhe permitisse tocar a industrialização pesada, ou se impunha articular um outro arranjo político-econômico, privilegiando ainda mais os interesses imperialistas, que sustentasse a consecução do padrão de desenvolvimento já em processamento. A primeira alternativa, na qual apostavam as forças democráticas e populares, continha, *para o capital*, os riscos assinalados na projeção a médio prazo que desenhamos linhas atrás, todos derivados da democratização (da sociedade e do Estado) que implicaria para efetivar-se — sem contar com o peso que o Estado (no qual já rebatiam claramente os interesses populares) acabaria por adquirir na própria economia.¹⁹ A segunda, sem prejuízo das fricções existentes entre

nato acadêmico. Realizada abstratamente, termina sempre por concluir que o nacionalismo (junto com a ideologização do desenvolvimento e o populismo) foi um instrumento de mistificação das massas, de acobertamento das contradições de classe etc. Vasta é a produção universitária que lavra nesta seara e dispensamo-nos de indicá-la.

Cabe ressaltar que não se desqualifica aqui a necessidade de estabelecer uma crítica rigorosa do comportamento das esquerdas no pré-1964 — tal crítica é *indispensável*. Se, porém, ela não for operada a partir de uma análise cuidadosa e honesta do efetivo processo sociopolítico e econômico que se desenrolava à época, pode levar à conclusão — que, aliás, é a destilada por boa parcela de análises acadêmicas — de que os responsáveis pelo golpe de abril estão nas esquerdas. Ninguém duvida de que os erros das esquerdas pesaram na derrota de abril; mas creditar a elas a derrocada de 1964 é solidarizar-se com os promotores do golpe.

19. Lembra Cardoso de Mello (1986: 120) que a burguesia industrial brasileira “não era mesmo capaz sequer de definir com o Estado um esquema de acumulação que não significasse a *estatização* quase completa dos novos setores. Sua fraqueza política, que correspondia

setores da burguesia brasileira e o imperialismo, esboçava-se com uma quase ausência de riscos *políticos* para o capital, precisamente na exata escala em que neutralizava, mesmo que temporariamente, as forças mais aguerridas do campo democrático.

Toda a movimentação sociopolítica de 1963 a março de 1964 gira em torno da solução a ser encontrada. O arco de alianças que sustenta Goulart vai perdendo a sua relativa autonomia política em face da premência de decisões que a dinâmica econômica (precipitada pela crise) impõe. O campo democrático é atravessado por divisões (substantivas umas, adjetivas a maioria), enquanto a direita, que vinha de longo processo conspirativo,²⁰ vai colecionando adesões e saindo da sombra — naturalmente, com a utilização intensiva das instâncias do aparelho estatal sob seu controle e com as posições que detinha e que amplia na sociedade civil, com o veloz deslocamento de forças vacilantes.

O desfecho de abril foi a *solução política* que a força impôs: a força bateu o campo da democracia, estabelecendo um *pacto contrarrevolucionário* e inaugurando o que Florestan Fernandes qualificou como “um padrão compósito e articulado de dominação burguesa”.²¹ Seu significado imediatamente político e econômico foi óbvio: expressou a derrota das forças democráticas, nacionais e populares; todavia, o seu significado histórico-social era de maior fôlego: *o que o golpe derrotou foi uma alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão do já mencionado fio condutor da formação social brasileira*. O que os estrategistas (nativos ou não) de 1964 obtiveram foi a postergação de uma

à sua fragilidade econômica, retirava-lhe, por outro lado, qualquer esperança de ‘privatizar’ no futuro o Estado”.

20. O minucioso trabalho de Dreifuss (1981) é uma preciosa fonte para reconstituir o processo conspiratório, identificando seus financiadores e protagonistas.

21. Dissecando a fórmula de Florestan, Martins (1977, p. 209) esclarece que este pacto “visava a beneficiar, sem exceção, todas as classes proprietárias: tanto os setores burgueses mais progressistas, quanto os mais avançados, como a burguesia industrial; tanto as ligadas à produção, quanto às ligadas ao comércio e às finanças; tanto as mais poderosas, como as empresas multinacionais, quanto as mais débeis, como a pequena e a média empresa nacionais [...]”.

inflexão política que poderia — ainda que sem lesionar de imediato os fundamentos da propriedade e do mercado capitalistas — romper com a heteronomia econômica do país e com a exclusão política da massa do povo. Nesse sentido, o movimento cívico-militar de abril foi inequivocamente *reacionário* — resgatou precisamente as piores tradições da sociedade brasileira. Mas, ao mesmo tempo em que recapturava o que parecia escapar (e, de fato, estava escapando mesmo) ao controle das classes dominantes, deflagrava uma dinâmica nova que, a médio prazo, forçaria a ultrapassagem dos seus marcos.

1.2 A autocracia burguesa: o “modelo” dos monopólios

Se tem procedência o veio analítico que estamos explorando, o fulcro dos dilemas brasileiros no período 1961-1964 pode ser sintetizado na constatação de *uma crise da forma da dominação burguesa no Brasil*, gestada fundamentalmente pela contradição entre as demandas derivadas da dinâmica do desenvolvimento embasado na industrialização pesada e a modalidade de intervenção, articulação e representação das classes e camadas sociais no sistema de poder político. O padrão de acumulação suposto pelas primeiras entrava progressivamente em contradição com as requisições democráticas, nacionais e populares que a segunda permitia emergir. O alargamento e o aprofundamento desta contradição, precipitados pelas lutas e tensões sociais no período, erodiam consistentemente o lastro hegemônico da dominação burguesa.

Aos estratos burgueses mais dinâmicos abriam-se duas alternativas: um rearranjo para assegurar a continuidade daquele desenvolvimento, infletindo as bases da sua associação com o imperialismo, pela via da manutenção das liberdades políticas fundamentais ou um novo pacto com o capital monopolista internacional (nomeadamente o norte-americano), cujas exigências chocavam-se com